



Agreste Pernambucano: O Desempenho dos Setores Produtivos e do Emprego Formal

EUCLÉCIA MARIA DE ARRUDA (GRADUANDA EM ECONOMIA NO CAA/UFPE)¹

ISABELLA LEITÃO NEVES FROTA (DOUTORA EM ECONOMIA E PROFESSOR DO NG/CAA/UFPE)²

LUCILENA FERRAZ CASTANHEIRA CORRÊA (DOUTORA EM ECONOMIA E PROFESSOR DO NG/CAA/UFPE)³

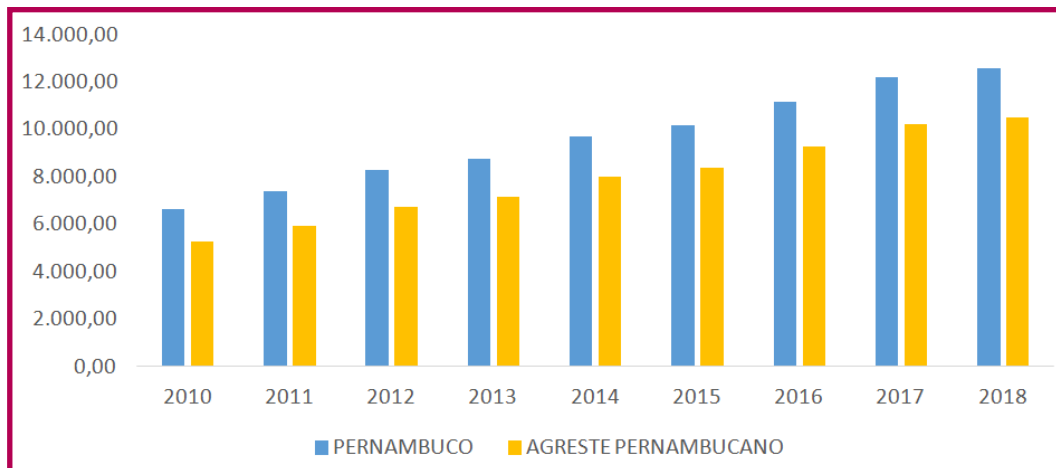
Quando se analisa a distribuição da riqueza gerada pela produção de um determinado local/região dividida pela sua população, utiliza-se como indicador o Produto Interno Bruto *per capita*, ou seja, o PIB *per capita*. Nesse contexto, ao discorrer de uma análise da evolução média do PIB *per capita* fazendo um recorte dentro do estado de Pernambuco, centrando na região do Agreste Pernambucano, composta por 71 municípios, verifica-se que entre os anos de 2010 e 2018, esta região apresentou uma variação positiva de aproximadamente 99% no período analisado. Pode-se também constatar o mesmo movimento ascendente para o estado de Pernambuco, onde registra-se um crescimento médio da ordem de 90,04% na mesma variável de análise. Diante desse contexto, é importante ressaltar que dentro da região do Agreste Pernambucano aproximadamente 36,62% apresentaram uma evolução entre os anos de 2010 e 2018 acima dos 100% no que tange o PIB *per capita*. E as cidades de Vertente do Lério e São Joaquim do Monte foram os municípios que registraram as menores variações no crescimento do PIB *per capita* do período dentro da região do Agreste Pernambucano, 18,71% e 26,96%, respectivamente.

1 euclecia2011@gmail.com

2 isabella.nfrota@ufpe.br

3 lucilena.castanheira@ufpe.br

Gráfico 01

Evolução do PIB *per capita* do Agreste Pernambucano e de Pernambuco – 2010 a 2018⁴

Fonte: Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco - CONDEPE/FIDEM.

Ao analisar o PIB *per capita* da região do Agreste Pernambucano, é relevante discorrer de uma análise mais específica sobre os setores produtivos da região. Pois, é fato existir uma forte correlação entre a riqueza da produção gerada e distribuída a sua população e a magnitude da distribuição do dinamismo dessa produção.

Nesse sentido, o Gráfico 02 vem demonstrar que o setor de serviços é o de maior impacto na composição setorial do valor adicionado bruto tanto do estado de Pernambuco como da região do Agreste Pernambucano, ou seja, uma participação de 79,14% e 77,47%, respectivamente, acompanhado pelo setor da agropecuária e por fim a indústria. Esse desempenho foi observado para ambas as localidades, ou seja, tanto a nível estadual como a nível mesorregional.

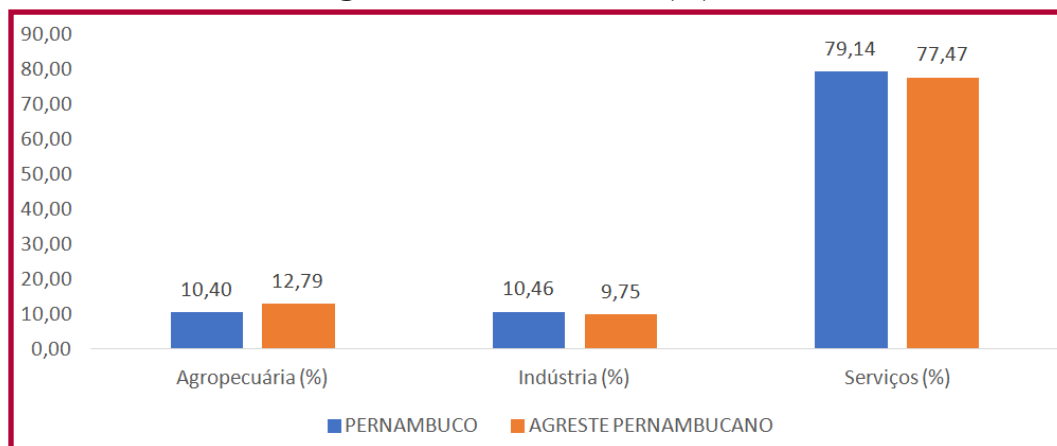
Diante desta perspectiva, vale ressaltar que apenas 05 municípios do Agreste Pernambucano apresentaram uma concentração menor no setor de serviços conforme registrado para o estado de Pernambuco e para a região. Nas cidades de Belo Jardim, Caetés e Paranatama, o setor industrial no ano de 2018, apresentou uma performance bem melhor a exposta nessa análise, ou seja, 37,42%, 59,99% e 66,87%, respectivamente. A agropecuária despontou com maior participação no setor produtivo nos municípios de Brejão (48,75%), Orobó (46,37%) e São Bento do Una (57,63%). Nesse sentido, é importante verificar que a agropecuária, na composição da média do Valor Agregado Bruto (VAB) na região do Agreste Pernambucano, registrou um desempenho melhor, em média, 22,8% acima do verificado para o estado como um todo.

Esse recorde para analisar o peso da composição setorial no valor adicionado bruto evidencia que a mesorregião do Agreste Pernambucano apresenta a mesma tendência de participação do verificado para o estado de Pernambuco.

4 A Região Metropolitana de Goiana só é computada na série a partir do ano de 2018.

Gráfico 02

Média da Composição Setorial do Valor Adicionado Bruto do Estado de Pernambuco e do Agreste Pernambucano (%) - 2018



Fonte: Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco - CONDEPE/FIDEM.

Discorrendo de outro recorte, faz-se necessário analisar o mercado de trabalho por setores de atividade dentro da mesorregião do Agreste Pernambucano. A análise do mercado de trabalho será focada somente em ocupações formais dentro da mesorregião e no ano de 2019.

Ao analisar o estoque⁵ de empregos formais dentro dos setores de atividades da região do Agreste Pernambucano, verifica-se que os segmentos: extrativo mineral (-32), serviços industriais de utilidade pública (-129), construção civil (-45) e administração pública (-1), foram os que registraram saldos negativos, ou seja, houve mais desligamentos do que contratações. Na direção diametralmente oposta, estão os setores de: indústria de transformação (167); comércio (647); serviços (491) e agropecuária (324), nestes, foram contratados mais do que demitidos.

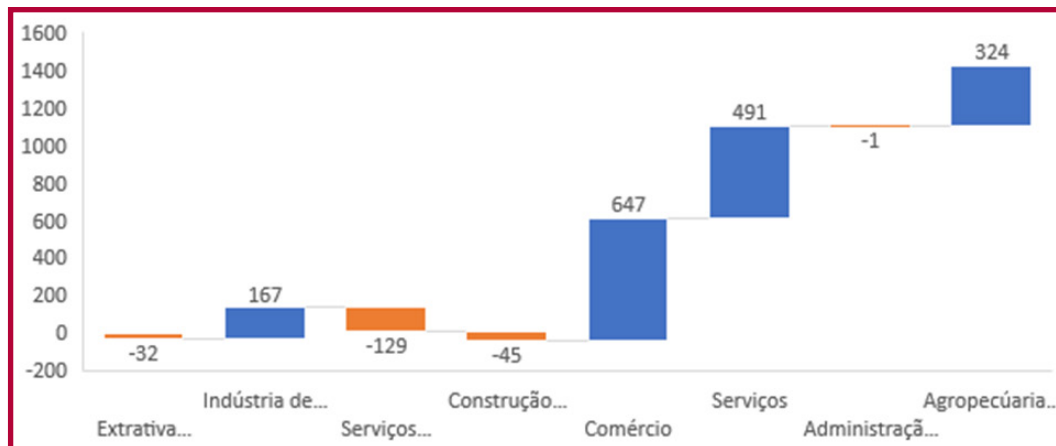
Dentre os municípios do Agreste que mais demitiram, desponta Bezerros com um saldo negativo de 1.088 vagas, Sairé (-70) e Poção (-51). É importante destacar que o segmento de serviços em Bezerros fechou mais 1.070 vagas de empregos formais no ano de 2019.

No quesito contratações, Caruaru foi a que mais contratou, em torno de 581 vagas, sendo que os setores que tiveram maior peso para esse cenário foi o comércio e serviços, com 541 vagas e 550 vagas, respectivamente, seguido pelos municípios de Bonito (282); São Bento do Una (203); Santa Cruz do Capibaribe (175); Surubim (171), Toritama (142) e Gravatá (136). É importante informar que a fonte pesquisada, no que se refere a essa série de “saldo de empregos formais”, é apresentada também como inserida nessa região “Pombos do Agreste Central”, que registrou um saldo positivo de 164 vagas de ocupação com carteira assinada.

5 Estoque ou saldo de empregos formais leva em conta as admissões e desligamentos no referido ano de análise.

Gráfico 03

Agreste Pernambucano: Saldo de Empregos Formais por Setores de Atividades – 2019



Fonte: Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco - CONDEPE/FIDEM.

Vale destacar que como o Valor Adicionado Bruto (VAB) corresponde ao valor que cada setor da economia adiciona ao valor final de tudo que foi produzido em uma região, verifica-se que o Agreste Pernambucano acompanha o estado com a maior participação do setor de serviços em relação aos demais setores. E como o Produto Interno Bruto (PIB) é composto pelos valores apurados de todos os VAB's dos setores mais impostos, é possível concluir que o setor de serviços tem relevante contribuição para a dimensão da economia do Agreste. O saldo de empregos formais corrobora a importância das afirmações anteriores, no entanto, a atividade de agropecuária vem em seguida como um setor relevante, sobretudo na empregabilidade formal do Agreste Pernambucano.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA ESTADUAL DE PLANEJAMENTO E PESQUISAS DE PERNAMBUCO (CONDEPE/FIDEM). Disponível em: <www.condepefidem.pe.gov.br>. Acesso em 12 de março de 2021.



Evolução dos Índices de Desenvolvimento Socioeconômicos de Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama do Começo do Milênio até o Final da Segunda Década

NATALICIO JOSÉ DE OLIVEIRA NETO (GRADUANDO EM ECONOMIA NO CAA/UFPE)¹
MÁRCIO MICELI MACIEL DE SOUSA (DOUTOR EM ECONOMIA E PROFESSOR DO NG/CAA/UFPE)²
ROSA KATO (DOUTORA EM ECONOMIA E PROFESSORA DO NG/CAA/UFPE)³

É perceptível o forte crescimento econômico nos municípios de Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama situados na mesorregião do Agreste pernambucano, sendo importantes pólos de produção e comercialização de artigos de vestuário, acessórios e demais produtos têxteis, além de outras atividades econômicas secundárias, contribuindo para o desenvolvimento das economias locais.

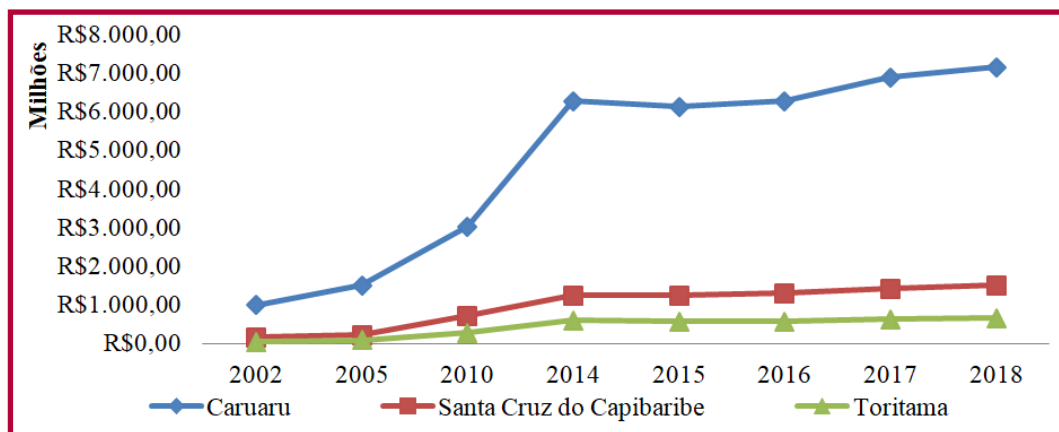
Diante desta realidade supracitada o presente boletim econômico tem como foco a análise comparativa entre os índices dos referidos municípios dando ênfase nos fatores socioeconômicos, mediante observação das dimensões: renda, educação e saúde do começo dos anos 2000 até finais da década de 2010, período este no qual a economia brasileira passou por ciclos de expansão, mas também de recessão.

Iniciando pelas dimensões da renda tem-se que a evolução do produto interno bruto – PIB dos municípios seguiu a tendência citada do crescimento nacional atingindo ápice em 2014 com recessão e estagnação seguida de baixo crescimento nos anos seguintes como podemos ver no gráfico abaixo.

1 natalicio.oliveira12@hotmail.com
2 marciomiceliufpe@hotmail.com
3 rosa.kato@ufpe.br

Gráfico 01

Evolução do PIB de Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama entre os anos de 2002 a 2018



Fonte: IBGE (2018).

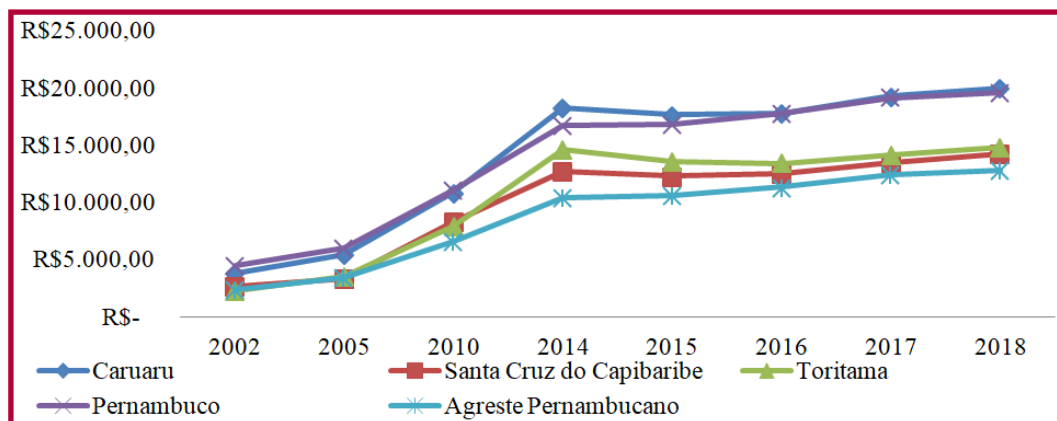
Como demonstrado no gráfico o município de Caruaru em 2014 possuía R\$ 6,2 bilhões em PIB, Santa Cruz do Capibaribe apresentava R\$ 1,2 Bilhão e Toritama quase R\$ 600 milhões, com a crise as economias dos municípios contraem em 2015, com -2,3% de queda em Caruaru, -1,1% em Santa Cruz e -4,8% em Toritama, apesar da recessão a economia de Caruaru e Santa Cruz reduziram menos que a de Pernambuco (-3,5%) e do Brasil (-3,8%), apenas Toritama apresentou queda superior a estadual e nacional no referido ano.

Em 2018 a economia de Caruaru apresentou um aumento de 14,11% se comparado a 2014 totalizando um PIB de R\$ 7,147 Bilhões, nos mesmos anos Santa Cruz do Capibaribe um aumento de 19,82% apresentando R\$ 1,51 bilhão, Toritama em 2018 exibiu um PIB de R\$ 654 milhões, 9,18% maior que 2014 o que demonstra que a taxa de crescimento de Santa Cruz do Capibaribe é maior da Mesorregião.

No ano de 2018 as taxas de crescimento de Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama foram de 4,38%, 5,81% e 4,8% respectivamente, o estado de Pernambuco exibiu um crescimento de apenas 1,9% e o crescimento nacional foi de 1,1%, logo podemos afirmar que as três cidades são pontos de efervescência econômica com taxas de crescimento superiores a média estadual e nacional.

Gráfico 02

PIB *per capita* de Caruaru, Santa Cruz e Toritama, Agreste Pernambucano e Pernambuco entre 2002 e 2018



Fonte: IBGE (2018).

O Gráfico 02 evidencia a importância dos três municípios, com os mesmos apresentando PIB *per capita* acima do índice da mesorregião do Agreste, com maior destaque para Caruaru por possuir em 2018, R\$ 20.028,26 de PIB *per capita* se situando um pouco acima do índice do Estado que foi de R\$ 19.623,65 e muito acima do índice do Agreste que foi de R\$ 12.851,44.

Santa Cruz apresentou um PIB *per capita* de R\$ 14.271,52 se situando logo abaixo de Toritama com R\$ 14.800,44; apesar de importantes os dados sobre PIB e PIB *per capita* não indicam muito sobre a qualidade de vida nos municípios, fazendo-se necessária uma complementação dos mesmos.

O PIB *per capita* não representa a renda média da população quando existe elevada concentração de renda. No ano de 2018, em Caruaru, o rendimento médio do trabalho formal foi 1,8 salário mínimo para os 22,6% população ocupada, renda média que se aproxima do valor do PIB *per capita*, porém omite que 36,3% da população viviam com a renda média mensal menor que 0,5 salário mínimo.

Em Toritama e Santa Cruz o rendimento médio do trabalho formal foi 1,5 salário mínimo com apenas 15% da população ocupada e, aproximadamente, 30% da população recebiam menos de 0,5 salário mínimo nas duas cidades, podendo ser explicado pela presença do trabalho informal que é característico dessa região. As três cidades apresentaram, neste ano, rendimento médio do trabalho formal abaixo do valor estadual que foi 2,4 salários mínimos.

Analisando o índice de Gini para melhor entender a concentração de renda, o município de Toritama apresentou praticamente uma estagnação de 0,4487 em 2000 para 0,4464 em 2010, em contrapartida, no Estado e nos demais municípios listados houve uma desconcentração de renda nos referidos anos.

Caruaru reduziu de 0,5786 para 0,5422 e Santa Cruz do Capibaribe de 0,5246 para 0,4661 e Pernambuco de 0,6706 para 0,6366. Para fins de comparação internacional, Caruaru é equivalente a Israel que em 2010 possuía um índice de Gini de 0,53, Santa Cruz é equivalente a República Tcheca com 0,46 e Toritama é equivalente Eslováquia com 0,43 de índice.

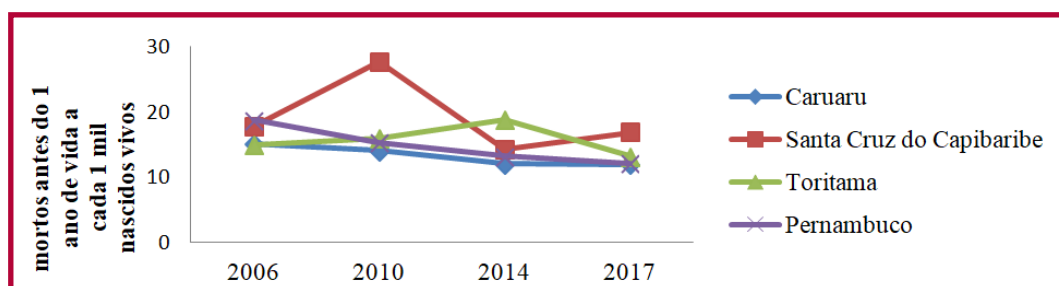
O índice de desenvolvimento humano (IDH) dos três municípios selecionados vem apresentando sucessivas melhoras a níveis municipais e estaduais, do trio têxtil a cidade de Caruaru é o município que mais se destaca com IDH de 0,677 em 2010, representando um aumento de 21% se comparado em relação a 2000, aumento um pouco abaixo do crescimento do IDH estadual (24%).

Os municípios de Santa Cruz e Toritama apresentaram crescimento superior ao estadual com 25% e 28% respectivamente. Em 2010 as três cidades se encontram com IDH médio, com destaque para Toritama que saiu de um baixo índice de desenvolvimento humano em 2000 (0,481) para um índice médio em 2010 (0,618), enquanto Santa Cruz do Capibaribe e Caruaru já se encontravam na faixa de médio desenvolvimento humano, alinhado a condição de Pernambuco.

Em termos de comparação internacional o IDH de Caruaru em 2010 era equivalente ao das Filipinas (0,671), enquanto Toritama se aproxima do Marrocos (0,616) e Santa Cruz do Capibaribe da Guiana (0,649).

Gráfico 03

Mortalidade infantil a cada 1 mil nascidos vivos para Caruaru, Santa Cruz, Toritama e o estado de Pernambuco



Fonte: IBGE (2018).

Na saúde, em 2017, o resultado de Santa Cruz é curioso porque apesar da taxa de mortalidade infantil de 16,86 mortos antes de completar 1 ano de vida (a cada 1 mil nascidos vivos), ficando acima do resultado de 12,12 do estado de Pernambuco e acima dos demais municípios, a expectativa de vida de Santa Cruz era mais elevada (73,35 anos), acima de Caruaru (72,96), Toritama (72,83) e Pernambuco (71,10) para o ano de 2010. Esses dois indicadores são utilizados para representar qualidade dos serviços de saúde, o que faz necessário investigar, mas pode-se levantar uma hipótese de que tenha ocorrido uma piora no atendimento deste serviço no decorrer destes anos.



Na educação, entre 2000 e 2010, a taxa de analfabetismo reduziu significativamente. Para população acima de 15 anos de idade, em Toritama a taxa de analfabetismo reduziu de 34,62% para 20,6%. Na faixa etária de 15 a 24 anos reduziu 15,36% para 5,24% e em Caruaru para a mesma faixa etária a taxa reduziu de 12,15% para 4,99%.

Dados mais recentes evidenciam uma melhora no ensino público municipal e estadual nos três municípios, o resultado do IDEB para o ensino médio melhorou em Caruaru de 4.1 em 2017 para 4.4 em 2019 se igualando ao resultado estadual, Santa Cruz em 2017 foi 4.0 no IDEB e 2019 ficou com 4.3, Toritama 3.4 em 2017 e 3.6 em 2019, as notas do IDEB variam de 0 a 10, logo apesar da melhora os resultados são insatisfatórios.

Infelizmente há escassez de dados recentes, comprovada pela constatação que o último Censo realizado pelo IBGE ocorreu no ano de 2010, revelam que alguns dados como: Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, Índice de Gini e Mortalidade Infantil, importantíssimos para uma análise de desenvolvimento econômico, estão significativamente defasados, todavia a última disponível.

Outros dados também de suma importância como PIB, PIB *per capita*, rendimento médio do trabalhador e afins, estão mais recentes desta forma refletem um pouco melhor a realidade atual dos municípios e do Estado.

É evidente que os municípios de Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama vem ganhando espaço e relevância com taxas de crescimento acima da média da Mesorregião, do Estado e da nação, o que faz dos mesmos importantes centros econômicos em ascensão. Mas apesar dos bons índices, é necessário avançar mais na diversificação da economia interna, de modo a gerar mais dinamismo e renda, bem como maiores investimentos em capital humano, pois a média salarial está baixa e a renda concentrada, com os níveis educacionais deixando a desejar, além de avanços na área da saúde dando ênfase na redução da mortalidade infantil.



REFERÊNCIAS

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censos demográficos de 1991, 2000 e 2010**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2010/inicial>>. Acesso em 12 de abril de 2021.

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) **Resultados e Metas**. Disponível em: <<http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultado.seam?cid=8427042>>. Acesso em 12 de abril de 2021.

Base de Dados do Estado (BDE). **Produto Interno Bruto – per capita**. Disponível em: <http://www.bde.pe.gov.br/visualizacao/Visualizacao_formato2.aspx?CodInformacao=1294&Cod=3>. Acesso em 12 de abril de 2021.

Base de Dados do Estado (BDE). **Produto Interno Bruto a preços de mercado**. Disponível em: <http://www.bde.pe.gov.br/visualizacao/Visualizacao_formato2.aspx?CodInformacao=1293&Cod=3>. Acesso em 12 de abril de 2021.

Countryeconomy.com. **Human Development Index (HDI)**. Disponível em: <<https://countryeconomy.com/hdi?year=2010>>. Acesso em 07 de abril de 2021.

Our World in Data. **Income Inequality**. Disponível em: <<https://ourworldindata.org/income-inequality>>. Acesso em 07 de abril de 2021.



Estrutura e Dinâmica do PIB dos Municípios do Agreste Pernambucano entre 2010 e 2018

EDUARDA DA SILVA NASCIMENTO (GRADUANDA EM ECONOMIA NO CAA/UFPE)¹

MARCUS VINÍCIUS AMARAL E SILVA (DOUTOR EM ECONOMIA E PROFESSOR DO CSHNB/UFPI)²

DANYELLA JULIANA MARTINS DE BRITO (DOUTORA EM ECONOMIA E PROFESSORA DO CAA/UFPE)³

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o montante produtivo de Pernambuco apresenta uma trajetória ascendente ao longo dos últimos anos. O valor absoluto do produto interno bruto (PIB) no estado, em 2018, alcançou 186,3 bilhões de reais. Na mesorregião do Agreste Pernambucano, a trajetória de crescimento é similar ao observado no estado, e o PIB da localidade foi de 30,8 bilhões de reais. Explorando os dados do PIB municipal do Agreste Pernambucano, torna-se possível extrair algumas características da estrutura econômica dos municípios e a sua evolução recente.

Nesse sentido, o Gráfico 01 apresenta a dinâmica do PIB do Agreste Pernambucano para cada atividade econômica – setor público, agropecuária, indústria e serviços –, entre os anos de 2010 e 2018. Vale ressaltar que o setor público se refere às atividades de administração pública, defesa, educação, saúde pública e seguridade social. Entre os anos examinados, o PIB por atividade da mesorregião mais que dobrou. Tal crescimento foi impulsionado, principalmente, pelo setor de serviços, que aumentou em 6,2 bilhões de reais no período. Ademais, a atividade industrial apresentou uma expansão de 148% de 2010 para 2018, passando de 1,5 bilhões para 3,8 bilhões de reais.

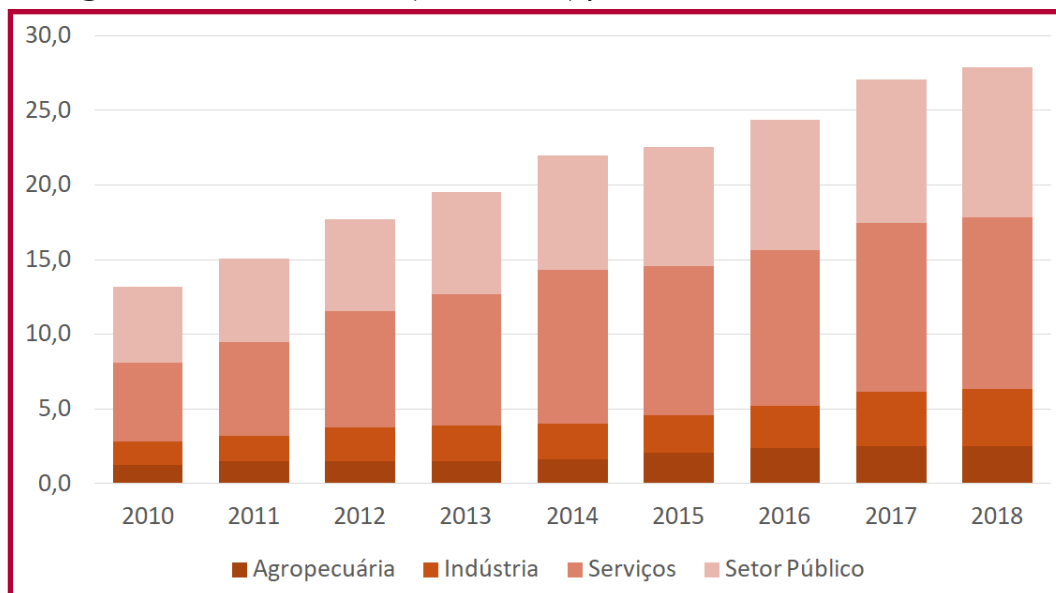
1 eduarda_nascimento1@outlook.com

2 vinicius.amaral@ufpi.edu.br

3 danyella.brito@ufpe.br

Gráfico 01

PIB do Agreste Pernambucano (R\$ bilhões) por atividade econômica, 2010-2018⁴



Fonte: Elaboração dos autores, com base nos dados do IBGE.

Fica evidente a participação cada vez mais expressiva do setor de serviços na mesorregião ao longo dos anos, confirmando uma tendência geral, uma vez que a referida atividade passou a apresentar crescimento acelerado desde a década de 1950 no Brasil, segundo os dados do IBGE. Considerando comparativamente a evolução do PIB por atividade do estado e da mesorregião do Agreste Pernambucano, constata-se que, ao longo dos oito anos analisados, a economia pernambucana apresentou um comportamento um pouco menos acelerado em relação à mesorregião. Enquanto o PIB por atividade cresceu em 92,3% no estado, no Agreste, tal incremento foi de 111,5%, de 2010 para 2018.

Em Pernambuco, os setores de serviço (51,6%), setor público (23,7%), indústria (20,7%) e agropecuária (4%) apresentam, nesta ordem, as maiores participações médias no PIB, entre 2010 e 2018. A composição do PIB por atividades, no Agreste Pernambucano, é sensivelmente diferente, verifica-se uma maior participação do setor público (35,9%) e da agropecuária (8,9%). Já as atividades de serviços (43,1%) e indústria (12,1%) exibem uma participação no PIB inferior ao constatado no estado, entre 2010 e 2018. No geral, a dinâmica econômica das localidades que não estão na área metropolitana, como é o caso dos municípios do Agreste Pernambucano, se vinculam à vocação econômica destes municípios. Enquanto percebe-se uma maior concentração das atividades industriais nos centros urbanos, as atividades de agropecuária são mais fortes no interior.

Examinando a composição setorial, nota-se que há uma relativa estabilidade ao longo do tempo. Apesar do PIB da mesorregião apresentar uma tendência de crescimento relativo mais acelerado de alguns setores (setor público e serviços), a agropecuária e a indústria

4 Na composição do PIB (preços correntes) apresenta-se a soma dos valores adicionados de cada atividade econômica, excluindo do cômputo os impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos.



continuam mantendo sua importância, mesmo com pequenas oscilações. Ademais, entre os anos de 2014 e 2015, constata-se um crescimento pouco expressivo em todos os setores da mesorregião. O acontecimento possivelmente está relacionado aos efeitos da crise econômica e da instabilidade política nacional, que provocou um forte freio nas decisões de investir e no financiamento dos agentes públicos e privados, conduzindo a uma diminuição dos empregos e dos investimentos que estavam em curso.

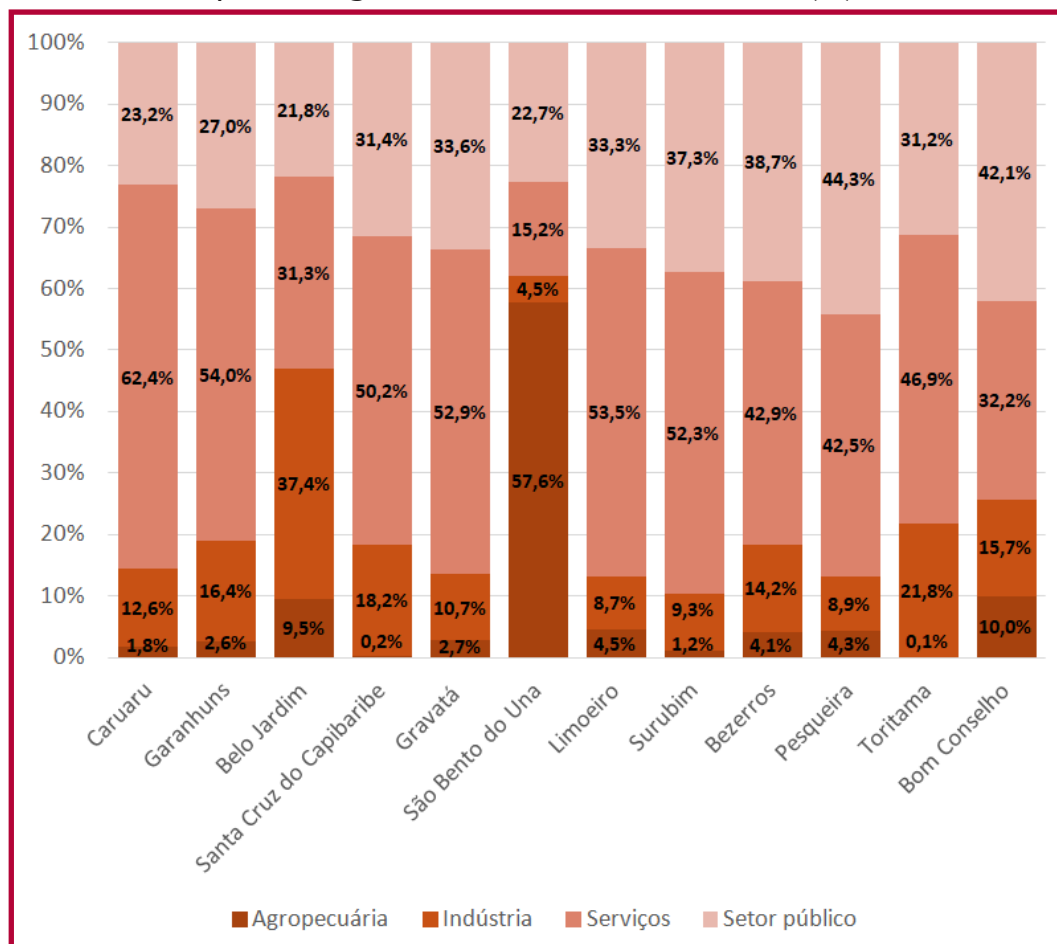
No Gráfico 02 é observada a composição do PIB municipal por atividades econômicas nos 12 principais municípios do Agreste Pernambucano, em 2018. Fica perceptível a heterogeneidade das estruturas produtivas locais, visto que, a despeito da maioria dos municípios terem o setor de serviços como principal atividade econômica, diversas particularidades municipais podem ser identificadas, no que diz respeito a representatividade de cada setor no PIB.

Em 2018, as principais atividades econômicas da cidade de Caruaru se concentram no setor de serviços (62,4%). Nesse sentido, o município caracteriza-se por um expressivo comércio, com três importantes feiras locais, a citar, a Feira da Sulanca, a Feira de Artesanato e a Feira do Paraguai (ou de importados). Adicionalmente, a cidade faz parte, juntamente com outros nove municípios, do Arranjo Produtivo Local de Confecções do Agreste Pernambucano⁵, mercado que movimentou em 2011 um valor estimado de 1 bilhão de reais (SEBRAE, 2013). A cidade de Caruaru abriga também um centro econômico-cultural, por ter um núcleo de produção artesanal de destaque, o Alto do Moura – considerado pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) como o maior centro de artes figurativas das Américas –, e a Feira de Artesanato, que apresenta uma ampla oferta de produtos que remetem a cultura da região.

5 O Arranjo Produtivo Local de Confecções do Agreste Pernambucano é composto pelos seguintes municípios: Caruaru, Toritama, Santa Cruz do Capibaribe, Agrestina, Brejo da Madre de Deus, Cupira, Riacho das Almas, Surubim, Taquaritinga do Norte, Vertentes (SEBRAE, 2013).

Gráfico 02

Composição do Produto Interno Bruto por atividades econômicas dos principais municípios do Agreste Pernambucano em 2018 (%)⁶



Fonte: Elaboração dos autores, com base nos dados do IBGE.

Outros municípios, como Garanhuns, Santa Cruz do Capibaribe, Gravatá, Limoeiro, Surubim, Bezerros e Toritama, também apresentam o setor de serviços como o mais representativo no PIB municipal. Dentre outros fatores, uma explicação para a forte contribuição desse setor está relacionada ao seu dinamismo econômico. O setor de serviços é composto por um grande conjunto de atividades heterogêneas, caracterizado por sua intensidade na utilização de mão de obra, o que constitui um importante agregado de atividades gerador de empregos na mesorregião. Destaca-se também o fato do referido setor ter a capacidade de absorver uma força de trabalho bastante diversa, com alta e baixa qualificação, gerando efeitos de natureza social que impactam diretamente na vida das famílias e no desenvolvimento econômico da região.

6 (1) Na composição do PIB (preços correntes) apresenta-se a soma dos valores adicionados de cada atividade econômica, excluindo do cômputo os impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos. (2) Foram selecionados os 12 municípios com maior PIB em 2018, e eles são apresentados de forma decrescente, da esquerda para a direita.



A pandemia causada pelo novo Coronavírus trouxe fortes impactos econômicos para o país, em especial para o setor de serviços, que teve uma queda de 7,8% de 2019 para 2020 (IBGE, 2020). Esta queda foi impulsionada, principalmente, pela necessidade do isolamento social acompanhado do fechamento dos estabelecimentos considerados não essenciais, refletindo em uma forte queda nas receitas proveniente dos serviços prestados às famílias, assim como dos serviços profissionais, administrativos e de transportes. Essa circunstância afeta diretamente os municípios que são mais dependentes economicamente do setor de serviços, como é o caso dos principais municípios do Agreste Pernambucano.

Dos municípios examinados, Belo Jardim foi o único com um setor industrial de maior participação na composição do PIB (37,4%) em 2018. Tal fato deve-se, sobretudo, a presença do Grupo Moura, implantado na cidade desde 1957. A empresa é consolidada como a principal produtora de baterias do Brasil, sendo, portanto, a principal fonte geradora de empregos diretos e indiretos em Belo Jardim. Em São Bento do Una, a maior parcela do PIB está vinculada ao setor de agropecuária (57,6%), mais especificamente pela produção de avicultura. A cidade se destaca como a maior produtora de ovos do Nordeste, segundo a Associação Avícola de Pernambuco (AVIPE, 2018).

As cidades de Pesqueira e Bom Conselho exibem o setor público como sendo responsável pela maior parcela do PIB, em 2018. Nos outros 59 municípios do Agreste Pernambucano, excetuando os 12 municípios examinados no Gráfico 2, também é possível verificar a significativa participação do setor público na composição do PIB municipal. Em síntese, os dados evidenciam uma maior participação do setor público em localidades menores, em termos de PIB, uma vez que, nestas cidades, o setor privado não é grande o suficiente para superar o setor público. Vale salientar que o referido fenômeno não é uma particularidade do Agreste Pernambucano, pois em 49,2% dos municípios brasileiros o setor público configurou a principal atividade econômica, em 2018 (IBGE, 2018).

Assim, constata-se um quadro relativamente estável em relação à composição do PIB por atividades no Agreste Pernambucano entre 2010 e 2018, e uma alta concentração das atividades de serviços. Esse contexto somado à instabilidade socioeconômica causada pelo novo Coronavírus, tem potencial de resultar em um cenário de forte insuficiência de renda e mais vulnerabilidade social da população residente da mesorregião, a partir de 2020. Fica visível as fortes dissimilaridades existentes na composição produtiva dos principais municípios da mesorregião em 2018, sendo possível afirmar que esse fenômeno possui um forte componente estrutural, vinculado à vocação econômica destes municípios.



REFERÊNCIAS

AVIPE, Associação Avícola de Pernambuco. **Avicultura São Bento do Una, 2018**. Disponível em: <<http://www.avipe.org.br>>. Acesso em 10 de março de 2021.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produto Interno Bruto dos Municípios. Contas Nacionais, n. 78**. Rio de Janeiro: 2018. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101776_informativo.pdf>. Acesso em 10 de março de 2021.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em 10 de março de 2021.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Mensal de Serviços (PMS)**. 2020. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/servicos/9229-pesquisa-mensal-de-servicos>>. Acesso em 10 de março de 2021.

SEBRAE, Serviço Brasileiro de Apoio às Pequenas Empresas. **Estudo Econômico do Arranjo Produtivo Local de Confecções do Agreste Pernambucano, 2012**. Relatório Final. Recife, 2013.



Uma Análise do Desenvolvimento Econômico do Agreste Pernambucano, a partir da Abordagem Kaldoriana- Complexidade-Estruturalista, no Limiar do Século XXI

MARÍLIA APARECIDA DA SILVA LIMA (GRADUANDA EM ECONOMIA NO CAA/UFPE)¹
JOSÉ VALDECY GUIMARÃES JÚNIOR (DOUTOR EM ECONOMIA E PROFESSOR DO NG/CAA/UFPE)²

O desenvolvimento econômico tem suscitado debates acalorados entre os especialistas, ao longo do tempo. Inúmeras são as visões acerca desta temática. Alguns o qualificam como desenvolvimento econômico, enfatizando o aspecto econômico como o mais importante. Outros utilizam a expressão desenvolvimento socioeconômico, a fim de ressaltar o bem-estar social como o seu principal objetivo. Outros, no entanto, a exemplo de Sen (2010), ao referir-se simplesmente por desenvolvimento, ampliam a discussão, inserindo-a em um contexto filosófico, destacando o desenvolvimento como liberdades humanas.

As pesquisas empíricas levadas a cabo pelo economista Nicolas Kaldor, inicialmente por Kaldor (1989[1966]) e posteriormente em Kaldor (1989[1970]), tiveram como motivação a tentativa de compreender as desigualdades entre as taxas de crescimento econômico dos países avançados no pós-segunda guerra mundial. Tais pesquisas apontaram uma série de regularidades empíricas que ficaram conhecidas na literatura como as Leis de Kaldor.

O autor descobriu que o desenvolvimento econômico possui íntima relação com a expansão e diversificação do setor industrial, por alguns motivos. Em primeiro lugar, a própria natureza desta atividade econômica abriga rendimentos crescentes que, sob a forma de economias de escala e progresso técnico incorporado ao processo produtivo (bens de capital incorporados de tecnologia avançada), possibilita o incremento da produtividade do

1 marilia.aslima@ufpe.br

2 valdecy.guimaraes@ufpe.br



trabalho. Em segundo lugar, outra característica importante da indústria de transformação é a sua capacidade de realizar encadeamentos dentro e fora do setor industrial, permitindo a irradiação das inovações tecnológicas para os demais setores, aumentando, em consequência, a produtividade sistêmica da economia. Em terceiro lugar, a ideia do crescimento econômico através do estímulo industrial, tomou a forma dos modelos *export led growth* (crescimento liderado pelas exportações), tendo um caráter cumulativo e circular.

Dito isto, é possível conceituar o desenvolvimento econômico na tradição kaldoriana como um processo de mudança estrutural da economia, na qual o estágio primário-exportador seja substituído pelas exportações de bens industrializados, como variável dinâmica da economia, de modo que a criação de um ambiente de inovação, através da acumulação de capital incorporado de avanço tecnológico, acarrete um contínuo processo de renovação industrial que seja capaz de sustentar uma dada taxa de crescimento econômico positiva de longo prazo. (Guimarães Júnior, 2017).

Numa perspectiva mais ampla e recente, Gala (2017) e Gala e Roncágli (2020), trazem a abordagem da complexidade econômica que, através de inúmeras plataformas de dados de vários países do mundo, revela que atualmente o desenvolvimento econômico presente nos países mais avançados, de alta produtividade e enorme renda *per capita* (EUA, Canadá, Japão, Alemanha, Suíça, Suécia, Finlândia, Dinamarca, China, Coreia do Sul, etc.), encontra-se não apenas no setor industrial de alta tecnologia, mas também nos serviços escaláveis (ou empresariais sofisticados) – Tecnologia da Informação, Consultorias Sofisticadas, Saúde, Design, Marketing, Logística, etc.

Esta abordagem é complementar à kaldoriana, uma vez que tais serviços escaláveis são umbilicalmente associados aos segmentos industriais de alta densidade tecnológica e de capital. Assim, da mesma forma que os bens industrializados, tais serviços empresariais sofisticados também possuem potencial de ganhos de escala, de escopo e de inovações tecnológicas e, portanto, são igualmente um segmento produtivo com bastante potencial gerador de elevação de produtividade.

A economia brasileira superou o estágio primário-exportador, mas desde há muito tempo continua aprisionada a armadilha da renda média. Segundo Gala e Roncágli (2020), as causas encontram-se na estrutura de empregos e na pouca sofisticação tecnológica e complexidade econômica do nosso aparelho produtivo.

Comparativamente aos países desenvolvidos, cujas economias empregam relativamente mais trabalhadores nos setores dinâmicos (indústrias de alta tecnologia e serviços empresariais sofisticados); os países atrasados, a exemplo do Brasil, não conseguem gerar muitos empregos de alta produtividade e, ao contrário, geram bastante postos de trabalho nos setores de baixa produtividade, como a agricultura de subsistência e serviços pouco sofisticados. Isto acontece porque nestas economias pouco desenvolvidas, o setor industrial é predominantemente de baixa e média densidade tecnológica, com poucos subsectores industriais de alta tecnologia e serviços sofisticados. Além disso, mesmo nas atividades mais dinâmicas, o nível de sofisticação tecnológica e complexidade econômica encontra-se muito aquém da existente nos países avançados.

Como analisar, por exemplo, as economias subnacionais mais atrasadas, presentes nos países com baixo nível de desenvolvimento econômico? O objetivo deste trabalho é tecer algumas considerações muito introdutórias acerca da melhor forma de analisar a economia mesorregional do Agreste pernambucano, no quadro do desenvolvimento econômico apresentado, qual seja o kaldoriano e o da complexidade econômica.

Para tanto, dadas as especificidades da região do Agreste, contida no estado de Pernambuco, ambas atrasadas que, por sua vez, fazem parte de um país também atrasado, cujas raízes deste atraso provêm de um *path dependence* bem definido, faz com que as perspectivas trabalhadas anteriormente sejam insuficientes. Seria preciso, então, adicionar mais uma abordagem teórica que leve em conta tais especificidades. Por isso, o estruturalismo cepalino, como uma versão regional da teoria do desenvolvimento, ao ter como escopo de pesquisa o baixo dinamismo das economias latino-americanas, assim como proposições de políticas econômicas para mudar tal realidade, serviria bem para promover a interface com as abordagens kaldoriana e da complexidade econômica. (GUIMARÃES JÚNIOR, 2017).

Conforme Bastos e Britto (2010), o entendimento do baixo nível de desenvolvimento, quer esteja presente em economias nacionais ou regionais é polêmico, inexistindo, portanto, um conceito que seja aceito por todos os teóricos da teoria do desenvolvimento. No entanto, Bonente e Almeida Filho (2008) ressaltam que o traço comum que une seus autores é a intervenção estatal e a industrialização como meios para superar o atraso e atingir o desenvolvimento. Este último aspecto é também compartilhado pelas abordagens kaldoriana e da complexidade econômica.

O Agreste é uma sub-região do estado de Pernambuco, localizado entre o litoral e o sertão. Esta zona de transição não é tão quente e seca como o sertão e nem tão úmido como a zona da mata. A regionalização mais abrangente, proposta pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para a enquadrar no território do estado é a chamada Mesorregião do Agreste Pernambucano. Nesta região, de 24.400 km², residem cerca 2.421.074 habitantes, espalhados por 71 municípios³.

A Figura 01 apresenta o mapa do estado de Pernambuco entrecortado pelas cinco mesorregiões.

Figura 01

Estado de Pernambuco: Mesorregiões



Fonte: Google Imagens (2021).

³ Os 71 municípios que compõe a Mesorregião do Agreste do estado e Pernambuco estão reunidos, por sua vez, em 6 Microrregiões, à saber: Vale do Ipanema, Vale do Ipojuca, Alto Capibaribe, Médio Capibaribe, Garanhuns e Brejo Pernambucano.

Considerando a estimativa em 2020, a participação da população da Mesorregião do Agreste Pernambucano no estado de Pernambuco era de aproximadamente 25,18%, no entanto, a fatia do PIB representava apenas 16,53% em 2018. A despeito da diferença intertemporal, a tendência dos percentuais se mantém, o que se traduz por uma insuficiência da atividade econômica daquela subregião. Em linha com o pensamento de Celso Furtado (um dos autores mais importantes do estruturalismo cepalino), a Mesorregião do Agreste pernambucano pode ser compreendida como uma típica região de baixo nível de desenvolvimento.

Sabe-se que a abordagem teórica kaldoriana-complexidade econômica-estruturalista compreende o desenvolvimento econômico como um processo de mudança estrutural, pela qual uma economia atravessa ao longo do tempo. Seria interessante, então, investigar preliminarmente, a evolução do setor industrial das cinco Mesorregiões do estado de Pernambuco. A Tabela 01 revela tal comportamento no período 2000 a 2018.

Tabela 01

Participação do VAB Industrial no VAB Total – Preços Correntes – (%)

Mesorregiões do Estado de Pernambuco	Setor Industrial			Variação (%)
	2002	2010	2018	
Sertão Pernambucano	11,24	17,07	10,36	-7,83
São Francisco Pernambucano	30,73	26	16,88	-45,07
Agreste Pernambucano	9,52	11,73	13,74	44,33
Possam ter Mata Pernambucana	16,8	17,77	33,27	98,04
Metropolitana de Recife	27,32	25,46	20,55	-24,78

Fonte: IBGE (2021).

A despeito de que a partir do ano de 2009 tenha havido diversos fatores de ordem política e macroeconômica, interna e externa, que possam ter atrapalhado a performance setorial – a não recuperação da crise internacional de 2008, os sucessivos escândalos de corrupção, a forte recessão nacional e estadual nos anos de 2015 e 2016⁴ – observa-se que a Mesorregião do Agreste pernambucano, vis-à-vis às demais Mesorregiões, teve uma menor participação relativa do setor industrial no valor adicionado total. Mesmo assim, no período considerado, experimentou a segunda maior expansão industrial do estado, perdendo apenas para a Mesorregião da Mata Pernambucana. Uma possível explicação seria porque o Agreste possui menor tradição industrial, mais associada aos tradicionais segmentos alimento e de confecções, cujas maiores plantas sofreram comparativamente menores perdas.

Não é razoável desejar que o Agreste, região territorialmente grande e afastado da zona urbana, tenha um nível de desenvolvimento igual ou superior ao Recife e seu entorno, por exemplo. Por outro lado, é perfeitamente factível que os poderes públicos possam implementar políticas econômicas que estimulem uma mudança estrutural, na direção de

4 Além do início da pandemia de Covid-19 que não está contemplado nesta série de dados, mas que se instalou no Brasil desde o mês de março de 2020.

completar e aprofundar as cadeias produtivas industriais, típicas da região, que já adquiriram vantagens comparativas. Secundando os investimentos públicos, a iniciativa privada realizaria aportes na região, promovendo ganhos contínuos de escala e escopo, melhorando o ambiente inovativo, através da contínua acumulação de capitais incorporados de tecnologia avançada, cuja atualização tecnológica elevaria a produtividade e competitividade das exportações industriais. O resultado seria a promoção de um ciclo sustentado de crescimento econômico regional de longo prazo, o que terminaria por gerar um processo de desenvolvimento econômico relativo.

REFERÊNCIAS

Bastos, C. P.; Britto, G. Introdução. Em: Agarwala, A.; Singh, S. (Org.). **A Economia do Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2010.

Bonente, B. I.; Almeida Filho, N. **Há uma nova economia do desenvolvimento?** Editora da UFPR, v. 34, n. 1 (ano 32), p. 77-100, jan./abr., 2008.

Gala, P. **Complexidade econômica: uma nova perspectiva para entender a antiga questão da riqueza das nações**. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado: Editora Contraponto, 2017.

Gala, P.; Rocáglio, A. **Brasil uma economia que não aprende: novas perspectivas para entender nosso fracasso**. 1ª Edição. São Paulo: Edição do Autor, 2020.

Guimarães Júnior, J. V. **Análise econômica do município de Petrolina-PE a partir da perspectiva kaldoriana-desenvolvimentista**. Tese (Doutorado em Economia), Programa de Pós-graduação em Economia, Universidade Federal Fluminense (UFF), 2017.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <<https://ibge.gov.br/>>. Acesso em 13 de abril de 2021.

Kaldor, N. **Causes of the slow rate of economic growth of the United Kingdom**. Cambridge: Cambridge University Press, 1966. Reprinted in *The Essential Kaldor*, New York, 1989.

Kaldor, N. **The case for regional policies**. In: Targetti, F.; Thirlwall, A. P. *The essential Kaldor*. New York: Holmes & Meier Publishers, 1989. [Publicado originalmente no *Scottish Journal of Political Economy*, vol. XVII n° 3. Novembro de 1970].

Sen, A. **Desenvolvimento como liberdade**. 1ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.



É de inteira responsabilidade do(s) autor(es) desta edição do Boletim os conceitos e opiniões emitidos, não refletindo necessariamente a opinião da Comissão de Estudos Econômicos e do Conselho Editorial do Observatório Econômico do Corecon-PE.



Presidente: André Lima de Morais

Vice-Presidente: Poema Isis Andrade de Souza

Conselheiros Efetivos: Ana Cláudia de Albuquerque Arruda Laprovitera
André Lima de Morais
Diógenes Sócrates Robespierre de Sá
Francisco José Couceiro de Oliveira
João Albuquerque da Silva
José André de Lima Freitas da Silva
Monaliza de Oliveira Ferreira
Poema Isis Andrade de Souza
Rafael Ramos da Conceição Moura

Conselheiros Suplentes: Fábio José Ferreira da Silva
Fernando de Aquino Fonseca Neto
Keynis Cândido de Souto
Maria do Socorro Macedo Coelho Lima
Paulo Roberto de Magalhães Guedes
Rosiane Ferreira de Andrade
Severino Ferreira da Silva

Conselheiro Federal: Fernando de Aquino Fonseca Neto

Conselheira Federal Suplente: Ana Cláudia de Albuquerque Arruda Laprovitera

Gerente Executiva: Rayssa Kelly Melo das Mercês

Comitê Editorial: Ana Cláudia de Albuquerque Arruda Laprovitera
André Lima de Morais
Fábio José Ferreira da Silva
Fernando de Aquino Fonseca Neto
Keynis Cândido de Souto
Maria do Socorro Macedo Coelho Lima
Monaliza de Oliveira Ferreira
Poema Isis Andrade de Souza
Rafael Ramos da Conceição Moura

Projeto Gráfico: Erivaldo Sousa

Correspondência: Corecon/PE - Rua do Riachuelo, 105 - sala 212.
Ed. Círculo Católico - Boa Vista - Recife, PE.
CEP: 50.050-400
Tels.: 81 3039-8842 | 3221-2473 | 99985-8433

coreconpe@coreconpe.gov.br
www.coreconpe.gov.br

Boletim produzido em parceria entre
o **Corecon-PE** e a **UFPE/CAA**



/CoreconPE



@PECorecon



/corecon.pe